



O BNDES NA GEOPOLÍTICA: A EXPORTAÇÃO DE ENGENHARIA BRASILEIRA NOS REORDENAMENTOS SOCIOESPACIAIS DE ANGOLA (1998-2014)

Sessão Temática03: Estado, planejamento e políticas públicas

Resumo: Neste artigo, analisamos as exportações de engenharia brasileira entre os anos 1998-2014 enquanto uma nova inserção do Estado no comércio internacional. O objetivo do texto é analisar o programa BNDES Exim pós-embarque de bens e serviços, e como o Estado brasileiro se articulou com o mercado para esta inserção. Entre a solidariedade e o interesse, o texto decifra particularmente a exportação brasileira em Angola, e como empreiteiras brasileiras participam no ordenamento urbano e rural recente de sua capital, Luanda. A hipótese é que houve ganhos geopolíticos e econômicos no modelo adotado pelo BNDES e o resultado da pesquisa aponta que, apesar de três Estados devedores possuírem parcelas atrasadas, os lucros materiais e financeiros do BNDES superam as perdas. A política externa brasileira, por meio do BNDES, desempenhou papel fundamental no financiamento de programas específicos, moldando uma nova dinâmica brasileira na arena internacional. Teoricamente, entende-se a inserção sob a ótica do sistema-mundo moderno, e o corpus empírico são documentos contratuais entre BNDES, exportadores e importadores.

Palavras-chave: BNDES; Inserção Internacional; Angola; Ordenamento Urbano e Rural.

BNDES IN GEOPOLITICS: THE EXPORT OF BRAZILIAN ENGINEERING IN THE SOCIO-SPATIAL REORDERINGS OF ANGOLA (1998-2014)

Abstract: *This article analyzes Brazilian engineering exports between 1998 and 2014 as a new form of state insertion into international trade. The aim is to examine the BNDES Exim post-shipment program for goods and services and how the Brazilian state engaged with the market in this process. Between solidarity and interest, the text focuses particularly on Brazilian exports to Angola and how Brazilian construction companies have participated in the recent urban and rural planning of its capital, Luanda. The hypothesis is that the model adopted by BNDES generated both geopolitical and economic gains, and the research findings indicate that, despite three debtor states currently having overdue installments, the material and financial returns for BNDES outweigh the losses. Brazilian foreign policy, through BNDES, played a crucial role in funding specific programs, shaping a new Brazilian dynamic in the international arena. Theoretically, this insertion is understood from the perspective of the modern world-system, and the empirical corpus consists mainly of contractual documents between BNDES, exporters, and importers.*

Keywords: *BNDES; International Insertion; Angola; Urban and Rural Planning.*

BNDES EN GEOPOLÍTICA: LA EXPORTACIÓN DE LA INGENIERÍA BRASILEÑA EN LOS REORDENAMIENTOS SOCIOESPACIALES DE ANGOLA (1998-2014)

Resumen: *En este artículo, analizamos las exportaciones de ingeniería brasileña entre los años 1998 y 2014 como una nueva forma de inserción del Estado en el comercio internacional. El objetivo del texto es analizar el programa BNDES Exim post-embarque de bienes y servicios, y cómo el Estado brasileño se articuló con el mercado para dicha inserción. Entre la solidaridad y el interés, el texto examina particularmente las exportaciones brasileñas hacia Angola, y cómo las constructoras brasileñas participan en el ordenamiento urbano y rural reciente de su capital, Luanda. La hipótesis es que hubo ganancias geopolíticas y económicas en el modelo adoptado por el BNDES, y el resultado de la investigación indica que, a pesar de que tres Estados deudores presentan pagos atrasados, las ganancias materiales y financieras del BNDES superan las pérdidas. La política exterior brasileña, a través del BNDES, desempeñó un papel fundamental en la financiación de programas específicos, moldeando una nueva dinámica brasileña en la arena internacional. Teóricamente, se comprende esta inserción desde la perspectiva del sistema-mundo moderno, y el corpus empírico está compuesto principalmente por documentos contractuales entre el BNDES, exportadores e importadores.*

Palabras clave: *BNDES; Inserción Internacional; Angola; Ordenamiento Urbano y Rural.*

INTRODUÇÃO

A nova geopolítica resultante da reconfiguração da economia-mundo na última década do século XX não apenas impulsionou o multilateralismo e o livre comércio entre centro-periferia, como também incentivou as cooperações Sul-Sul. Os blocos regionais se organizaram política e administrativamente em fluxos de políticas coletivas, tanto comerciais (bens e serviços) como de segurança¹. Dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) reportam que houve uma multiplicação de blocos regionais nas duas últimas décadas do século XX, obrigando inclusive essa organização a constituir, desde 1996, um Comitê sobre Acordos Regionais de Comércio, com vistas a monitorar seu desenvolvimento, a examinar sua consistência com as regras do GATT-OMC e a evitar a generalização de práticas excludentes e discriminatórias (Almeida, 2002. p. 5-6; Nogueira, 1997).

Segundo Almeida (2002), até 2000, dos 130 blocos regionais existentes, 90 haviam solicitado registro de atuação na OMC, dentre os quais 6 foram declarados em conformidade com as regras da Organização. A ideologia liberal, pós dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pregava que as relações internacionais poderiam ser regidas pela intensidade comercial e isto, por sua vez, resultaria no fim dos conflitos, e sobretudo “o fim da história” (Fukuyama, 1992).

É neste contexto que novos regimes, paradigmas, integrações e blocos regionais surgem ou se fortalecem entre as unidades políticas no centro e na periferia do Sistema Internacional (SI). Estes arranjos regionais para expansão do capital, segundo a perspectiva do sistema-mundo moderno, são entendidos como a acumulação do capital no capitalismo histórico, que sempre deu premissas para a mercadorização dos processos, permitindo a formação contínua de novos mercados:

No capitalismo histórico quanto mais se acumulava capital, mais se mercantilizavam os processos e mais se produziam mercadorias. Um dos requisitos-chave para manter o fluxo era o de haver mais e mais compradores. Assim, para novos mercados o curso do desenvolvimento histórico do capitalismo e a sua funcionalidade efetiva tornou-se cada vez mais dependente da sua extensão geográfica, bem como a continuidade da sua evolução está na incorporação de outros territórios que ainda não haviam se anexado a este sistema de produção. Para as décadas de 1945 a 1975, em um novo modelo econômico que se estendia na produção em escala e no consumo em massa, a existência de outras unidades políticas na economia-mundo capitalista pode ser entendida também como necessidade de novos mercados de extensão (Wallerstein, 2010; 1984; 1985; 1979).

Entretanto, a cooperação Sul-Sul vem apresentando uma característica diferenciada que tende para o “ganha-ganha”, além da formação de mercados e circulação de capital entre a periferia. Os países emergentes desempenham um papel funcional neste processo de afirmação política da periferia global. Nos anos 2000, a ascensão econômica-política² de China, Brasil, Índia, Rússia, e, posteriormente, África do Sul, evidenciou ganhos mútuos, barganha e outras possibilidades de concessão de financiamentos na periferia.

Nesse contexto, o recorte deste artigo busca analisar como o Brasil, mediante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), participa na lógica de expansão da Cooperação Sul-Sul, além de expandir a importância geopolítica brasileira no cenário mundial para além da agroexportação. O artigo analisa especificamente a política externa brasileira de financiamentos de obras, o chamado Investimento Direto Estrangeiro (IDE), concedido a países estrangeiros através do BNDES entre 1998 e 2014. Este IDE do BNDES consiste em uma estratégia de exteriorizar as empresas e a produção da engenharia civil brasileira. A exportação é feita sempre a partir de um exportador (empresa brasileira), e um importador (país estrangeiro) sob duas modalidades de atuação: o *Supplier Credit* e *Credit Buyer*. Nas duas modalidades de crédito, o Brasil financia serviços ou bens em empresas brasileiras alocadas no território brasileiro, e estas, por sua vez, exportam em projetos no exterior previamente selecionados, ficando o saldo devedor com o país onde o projeto se realizou.

Como caminho simultâneo de solidariedade e interesse geopolítico, através de políticas como o IDE, dentre outras, o Brasil logrou se projetar internacionalmente e se inseriu sobre uma outra dinâmica no comércio internacional. Milani (2018) afirma que os ganhos brasileiros com o novo modelo de inserção no final da década do milênio passado, e, principalmente, no começo deste, foi satisfatório, conseguindo atingir protagonismo em vários organismos das Organizações da Nações Unidas (ONU), e influências regionais na América do Sul e África, bem como ser ator importante entre os países emergentes:

Entre 2003 e 2014, o Brasil também assumiu uma postura ativa e altiva ao afirmar sua liderança na ONU (por exemplo, assumindo o comando da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, Minustah, em 2004) e no Atlântico Sul. Buscando consolidar o Atlântico Sul como uma zona de paz e prosperidade, o Brasil dedicou especial atenção, juntamente aos seus vizinhos na África Ocidental, à construção de um ambiente cooperativo livre de armas nucleares nessa região, sob a égide da Zona da Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) [...]. Com muitos países africanos também se iniciaram nesse período projetos de cooperação técnica em defesa: de acordo com o livro Branco do Ministério da Defesa de 2012, as políticas externa e de defesa deveriam ser complementares e indissociáveis (Milani, 2018. p. 267).

Assim, o artigo inicia expondo o cenário geopolítico do final do século XX e início do século XXI, para depois analisar os IDE concedidos pelo BNDES entre 1998 e 2014. Na sequência, busca entender de que forma a exportação da engenharia brasileira contribuiu para reordenamento do espaço em Angola – país que recebeu o maior aporte de investimentos.

O corpus da pesquisa é composto basicamente por documentos contratuais tornados públicos pelo BNDES. Foram analisados 140 contratos, sendo que 2 configuram-se como sigilosos (1 de Angola e 1 de Uruguai), totalizando mais de 1400 páginas. O foco da análise dos contratos estava em analisar os intervenientes (exportador e importador), o nome do projeto financiado, o país de destino, a província ou Estado, a classificação espacial em que o projeto se instala (urbano, rural, periferia, urbano/rural e urbano/periferia), o valor e a data do contrato.

Foi realizado, também, levantamento bibliográfico de publicações discutindo o IDE no Brasil desde 1998. O levantamento demonstrou que a produção bibliográfica sobre o IDE atingiu seu auge entre os anos 2008 e 2010, com pesquisadores nacionais e internacionais tratando do assunto. As bases de dados pesquisadas, SCOPUS e Web of Science, disponibilizaram 333 artigos com relação ao assunto IDE. Com ajuda metódica do aplicativo Vosviewer, foi possível averiguar que 120 artigos foram de produção brasileira, 63 estadunidenses, 47 chineses, 23 paquistaneses e 22 indianos. Destaca-se, ainda, que o assunto se apresenta como multidisciplinar: Economia, Estudos Ambientais, Gestão de Negócios, Estudos Urbanos, Gestão, Relações Internacionais, Desenvolvimento Regional e Urbano e Ciências Políticas destacam-se como campos concretos da realização das pesquisas. Para a nossa pesquisa, selecionamos os textos das áreas de Economia, Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional. Após isso, filtrou-se arquivos que tinham relação direta com os IED brasileiros e o BNDES. Leu-se 33 resumos, conclusão e palavras chaves para considerar 9 artigos de que fizemos uso bibliográfico neste texto. Ademais, o aumento na produção acadêmica que ocorreu entre 2008 e 2010 coincide com o período de maior financiamento concedido pelo BNDES (2004-2010). Esse envolvimento pode indicar a importância do contexto histórico e político brasileiro na sua inserção no mercado internacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

APORTE HISTÓRICO-CONTEXTUAL: BREVES NOTAS SOBRE UMA NOVA DINÂMICA INTERNACIONAL

A configuração geopolítica no início do século XX ressalta a importância da política externa não apenas entre as grandes potências do Sistema Internacional (SI), mas também dos Estados Nacionais periféricos. A diplomacia e a mundialização do sistema financeiro podem ser consideradas como características fundamentais na nova dinâmica internacional sob hegemonia norte-americana, no período 1945-2023 (Camargo, 2009; Villanova, 2017).

Após a Primeira Guerra europeia (que se mundializou como I Guerra Mundial) e a quebra da bolsa de Nova York, a política externa pairou sobre os domínios das forças militares e, a partir das novas configurações tanto na periferia como no centro do SI, a diplomacia tornou-se uma estratégia central nas relações internacionais (Baracuh, 2021).

No âmbito econômico, o mundo do trabalho se organizou sob nova perspectiva, onde a racionalização do trabalho se deu por uma nova divisão do trabalho. Esta divisão do trabalho, no plano internacional, consolidou a solidez da exploração, da dependência e, conseqüentemente, do subdesenvolvimento na periferia. Em termos de trocas, as relações centro-periferia se deterioraram com o tempo, isto é, os preços altos e a queda de lucros nas fases cíclicas do processo de produção não eram distribuídos equitativamente na coletividade do SI:

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. A realidade, no entanto, vem-na tornando impositiva. Duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial (Prebisch, 1949).

Após a Segunda Guerra europeia (que se mundializou como II Guerra Mundial), os Estados Unidos da América aceleram um novo paradigma na política internacional mediante aporte de espaços de mediação e “controle” através das Organizações Internacionais.

Essa nova geopolítica, pode ser entendida em quatro grandes campos de atuação da hegemonia estadunidense, tal como foram as outras hegemônias em outros ciclos de acumulação do capital (Wallerstein, 1985, p. 8): política, segurança, economia e cultura.

No campo político, a Organização das Nações Unidas (ONU) coordenava o teor político-ideológico no cenário mundial, com princípios generalizáveis de democracia, liberdades e interdependência.

A segurança coletiva se estendia através de bases na Europa, Ásia e África, assim como treinamentos militares direcionados para a América latina. Particularmente para o Brasil, entre outros mecanismos de controle e segurança, que propiciaram estreito relacionamento e amizades prolongadas entre oficiais brasileiros e norte-americanos (Braga, 2008), citamos aqui: a aproximação política-ideológica com o governo Dutra com a criação de várias agências de controle no Brasil, como é o caso da Office of War Information (OWI); criação de infraestruturas para treinamentos militares, o que ficou conhecido como “escolas de ditadores” no Panamá e; participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália. Como afirma Bastos (2010):

Um conjunto amplo de autores converge para a interpretação de que o Brasil alinhou-se estritamente aos planos estadunidenses de reorganização das instituições multilaterais e regionais vinculadas à segurança militar: na Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, o Brasil mostrou-se “mais realista que o rei” nas hostilidades em relação ao bloco soviético, nas palavras do então presidente do Conselho de Segurança, o brasileiro Oswaldo Aranha. Na questão da segurança regional, o país também se alinhou ao projeto de integração da segurança nacional à segurança “hemisférica” proposto pelos EUA, participando ativamente do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de 1947 e da Organização dos Estados Americanos (OEA) de 1948. O alinhamento à política externa estadunidense se expressou, no seio das Forças Armadas, também na criação da Escola Superior de Guerra (1948): em torno à ala mais “panamericanista” oriunda da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o alinhamento à cruzada anti-comunista global seria justificado não só pela necessidade de apoio mútuo no combate a ameaças externas, mas pela repressão ao “inimigo interno” (subversão popular comunista), inocentemente apoiado ou mesmo infiltrado na forma de um nacionalismo populista anti-americano.

No campo econômico, a sustentação se deu pelo Sistema Bretton Woods, que articula sistematicamente o mundo financeiro sob financiamentos e empréstimos primariamente para a reconstrução da Europa e, posteriormente, para o Leste Asiático, bem como empréstimos em outros Estados nacionais. Os grandes subsídios para reconstrução da Europa no pós-guerra, e posteriormente, no Leste Asiático, aprofundaram as assimetrias do comércio internacional, provocando movimentações na periferia do SI.

Sobre o debate da industrialização da periferia como caminho para o desenvolvimento, a América Latina e o Caribe se organizaram por uma comissão técnica autônoma, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), em cuja conferência inaugural, Prebisch elucidou que o progresso técnico do comércio internacional e a industrialização do centro deteriorava os países agroexportadores ao longo do tempo. Segundo ele, esse progresso, que não era equitativamente distribuído na coletividade do SI, antes fortalecia o centro, mantendo o *status quo*:

[...] Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perder irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio. A falha dessa premissa consiste em atribuir um caráter geral àquilo que, em si mesmo, é muito circunscrito. Se por coletividade entende-se tão somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro (Prebisch, 1962).

O quarto campo da atuação é o cultural, com a maximização da distribuição de conteúdos culturais e massificação dos meios de transfusão da mídia em comunicação, moda, arte etc., difusão de padrões de alimentação, vestuário, música e estilo de vida como um todo (Lipietz, 1988, p. 12-14; Harvey, 1988).

Estes quatro campos de atuação da hegemonia estadunidense organizaram produtivamente o Sistema-Mundo Moderno sob novos paradigmas e tal consolidação se solidifica com o processo de financeirização mundial, seja por cadeias produtivas globais com forças transnacionais, por portfólio ou por Investimento Direto Estrangeiros (IED). Este fenômeno se intensifica nas duas últimas décadas do milênio passado e se reestrutura com o Consenso de Washington. A economia-mundo capitalista se reveste em um “novo” capitalismo, que visava ajustes macroeconômicos mediante o livre comércio e retirada gradativa do Estado da economia (Druck, 1999).

Conforme Giambiagi (2005), durante as primeiras décadas do processo de financeirização e integração mundial de mercados, o Brasil se reestruturou para adequação ao Consenso de Washington, primariamente com o Governo Collor e, com mais afinco nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Com uma realidade de indexação econômica, inflação alta, déficit político não controlado, o plano real não continha a crise e a

âncora da estabilidade passava pelas elevadas taxas de juros e a valorização do câmbio. Internacionalmente, a crise do México, o endividamento externo, privatizações via IDE e Hot Money, ou seja, bolsa de valores e financiamentos de médio prazo, e o déficit na balança comercial são causas apontadas para o acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Este acordo protagonizou mudanças estruturais e regulamentares, entre as quais destacamos: privatização, fim de monopólio, retirada de restrições do capital internacional, abertura de agência regulatória, novo marco legal, renegociação de dívidas e bancos públicos privatizados. De 1998 para 2002, com a abertura do mercado consolidado, os bancos públicos brasileiros (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco de Desenvolvimento Econômico e Social) voltam-se extensivamente à concessão de créditos. No caso deste artigo, procuramos entender o papel do BNDES na exportação de engenharia brasileira, que também implica no IDE das empreiteiras brasileiras nos continentes sul americano e africano, com particularidade em Luanda/Angola.

As exportações das engenharias brasileiras ocorrem em um contexto global que Milton Santos (2000), considerava como uma “globalização perversa”, ou seja, quando o Estado adere ao multilateralismo para atender às demandas do mercado e não os direitos dos cidadãos. Neste contexto, nas relações Norte-Sul, os países do Sul global não usufruíam dos bônus do desenvolvimento do avanço técnico informacional na mesma proporção das relações Norte-Norte. Para Santos (2002), a mudança deste paradigma teve como consequência a organização dos países subdesenvolvidos, os deserdados e os pobres: o indivíduo liberado partícipe das novas massas. Por sua vez, Leite (2014), sustenta que no começo da década de 2000, países em desenvolvimento concentram os seus desafios em Cooperação Sul-Sul (CSS) frente aos interesses comuns na arena internacional:

Beyond the growing interest in Brazil's international engagements, the current critical juncture in international development cooperation provides an extra impetus to understanding the state of the debate within Brazil on this issue, as well as the role played by ideas, institutions and interests (Leite *et al*, 2014).

Neste contexto, o Brasil toma protagonismo em relação à América Latina e surge a União dos Países Sul Americanos (UNASUL), com o objetivo de dirimir as desigualdades sociais e regionais e, conseqüentemente, intensificar a integração. Para Leite (2012), o conceito de CSS não é unânime e a sua práxis depende do contexto global que se vive. Por exemplo, note-se que na década de 1970 a tendência de CSS é suprimida pelo excesso de dívida externa dos países do Sul global, vindo a ter o seu ressurgimento na década de 2000. Assim, com um aparato técnico informacional apropriado e equilíbrio fiscal e monetário, os países em desenvolvimento se articulam para equilibrar as demandas de financiamentos e empréstimos entre o Sul.

MODELOS E PROCEDIMENTOS DE FINANCIAMENTO DO BNDES NO EXTERIOR (1998-2014)

Entre 1998 e 2014 o BNDES implementou operações de crédito para além do território nacional, visando uma substituição paulatina na inserção internacional, isto é, incluir na balança comercial brasileira outros ativos além do agro. Praticamente, esta substituição apontava a exportação da engenharia brasileira para os Estados-nacionais que tivessem menores vantagens competitivas.

A nova inserção do Estado brasileiro na economia-mundo implicava também um projeto geopolítico de prestígio como país emergente. O Brasil tem atuação consolidada tanto regional como globalmente em vários organismos internacionais, como foi o caso da resolução dos conflitos da Venezuela, a missão de paz no Haiti, ou ainda a presença enquanto liderança de diplomatas brasileiros no Alto Comissariado da ONU e seus organismos. Especificamente na África, ocorreu o aumento de embaixadas e consulados brasileiros, cooperações na educação, exportação da Embrapa, Projeto Pró-savana e exportação de engenharia civil.

É neste âmbito que residia a presença do Estado através do BNDES, que atuava delimitando os produtos, o exportador e as regras aplicáveis na exportação mediante o programa do BNDES Exim Pós-embarque, que subdivide-se em: pós-embarque de bens; pós-embarque de serviços; automático e; aeronaves³. As exportações classificam-se em: Grupos I - bens de capital: máquinas, equipamentos, ônibus, caminhões, entre outros; Grupo II - bens de consumo: calçados, vestuário, móveis, entre outros; e Grupo III - bens especiais: automóveis de passeio, entre outros.

A regra comum para os três grupos era de que os bens e serviços de exportação precisam ser nacionais ou ter um percentual considerável brasileiro para exportação⁴. Quanto ao financiamento, é imprescindível argumentar que o BNDES não empresta nenhum tipo de montante para os países onde se realizava o projeto financiado, mas sim, estamos falando de financiamentos à exportação dos bens e serviços de engenharia brasileiros. Nessas operações, assim como em todas as outras que o Banco realiza, o BNDES desembolsa os recursos exclusivamente no Brasil, em reais (quantificado em dólar ou euro com o importador no contrato), para a empresa brasileira, à medida que as exportações vão sendo realizadas. Portanto, quem recebe o dinheiro é a empresa brasileira que vende para fora e não o país. Mas quem fica com a dívida é o país estrangeiro, por ser o responsável por fazer o pagamento, que deve ser feito com juros, em dólar ou euro. Também vale ressaltar que o financiamento do BNDES não cobre, por exemplo, bens adquiridos no exterior (inclusive o país importador), nem gastos com mão de obra de trabalhadores durante a execução do projeto. Para execução dos financiamentos estavam disponíveis duas modalidades: Supplier Credit: Nesta modalidade, o exportador concede ao importador um financiamento por meio de carta de crédito ou títulos. Após a exportação do bem/serviço, os títulos recebidos pelo exportador são

endossados ao BNDES que, por sua vez, realiza o desconto desses títulos, liberando ao exportador o valor à vista em reais e recebendo do importador a prazo (Figura 1).

Figura 1- Modalidade Supplier Credit.



Fonte: BNDES, 2023. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/eximpos-emb-servicos>

Na modalidade Supplier Credit, a explicação concreta de cada fase e qual o procedimento acontece em cada uma delas encontra-se na nota explicativa no quadro 1:

Quadro 1 - Nota explicativa

Fases	Procedimentos
1°	O BNDES aprova a operação de crédito e o Exportador pode embarcar os produtos/executar os serviços para o Importador
2°	O Importador apresenta títulos ou cartas de créditos emitidos em favor do Exportador endossa títulos ou a cessão das cartas de crédito em favor do BNDES
3°	Banco Mandatário envia documentação comprobatória da exportação e o pedido de liberação monetária
4°	Após análise da documentação, realização do desembolso de recursos ao banco mandatário
5°	Repasse de recursos ao Exportador
6°	O Importador amortiza as prestações via banco mandatário
7°	O Banco Mandatário repassa os pagamentos ao BNDES

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do BNDES

Modalidade Buyer Credit: Aqui, o exportador firma contrato com o importador para entrega de bens ou serviços e ao mesmo tempo solicita financiamento ao BNDES. Este por sua vez, firma contrato com o importador. O bem ou serviço é entregue e os recursos são liberados após a aprovação.

Diferente da modalidade Supplier, na Buyer o importador firma interesse e contrato com o exportador antes de obter resposta do BNDES. Apenas após a efetivação de contrato com o exportador, o importador consulta a formalização do contrato junto ao BNDES, entretanto, tanto a liberação de recursos monetários como a amortização do pagamento são feitas via

Banco Mandatário (BNDES EXIM, 2018, p. 10). Segue, abaixo, uma nota explicativa sobre as fases e respectivos procedimentos⁵:

Quadro 2 - Nota explicativa.

Fase	Procedimentos
1ª	O Exportador firma contrato com o Importador
2ª	O Exportador consulta o BNDES e este avalia a exportação e formaliza o contrato com os intervenientes (Importador e Exportador)
3ª	O Exportador embarca os produtos/serviços
4ª	O Exportador envia documentos comprobatórios da exportação e contrato de financiamento para o Banco Mandatário
5ª	O Banco Mandatário envia ao BNDES a documentação e o pedido de liberação monetária
6ª	Após análise da documentação, o BNDES desembolsa os recursos ao Banco Mandatário
7ª	O Banco Mandatário repassa os recursos ao Exportador
8ª	O importador inicia a amortização das prestações até a liquidez total do contrato
9ª	O Banco Mandatário repassa os pagamentos para o BNDES

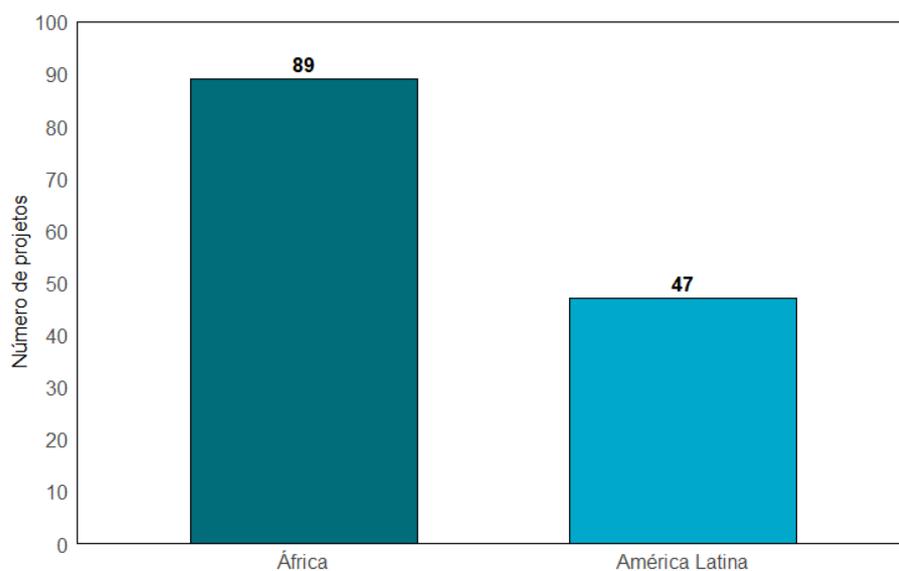
Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do BNDES, 2023.

O levantamento feito através dos documentos tornados transparentes pelo BNDES demonstra que de 1998 a 2014 foram celebrados 140 contratos em 15 países diferentes, todos latino-americanos ou africanos. Os contratos são designados aqui por projetos, e vemos que Angola recebeu financiamentos de 86 projetos no total. No continente Africano, foram celebrados 3 contratos com Moçambique e 2 contratos com Gana.

A República Dominicana assinou 16 contratos, majoritariamente para construção de autopistas, usinas hidrelétricas, aquedutos e eixos-viários. Se em Cuba os financiamentos foram concentrados nas zonas urbanas, com infraestruturas e aperfeiçoamentos de aeroportos e portos, no Equador 100% dos projetos foram capitalizados para o rural, sendo em hidrelétricas, projetos de irrigação agrícola e abastecimento de água nas zonas rurais. Ambos assinaram 8 contratos cada.

Na América Latina, foram celebrados ainda 7 contratos com a Venezuela, 3 contratos com a Argentina, e 2 contratos com o Perú. Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Paraguai constam com um projeto cada. O Uruguai consta na lista de países com desembolso no site do BNDES, porém não consta na aba de contratos celebrados, daí a razão de nos gráficos constarem apenas 14 países (Figura 2).

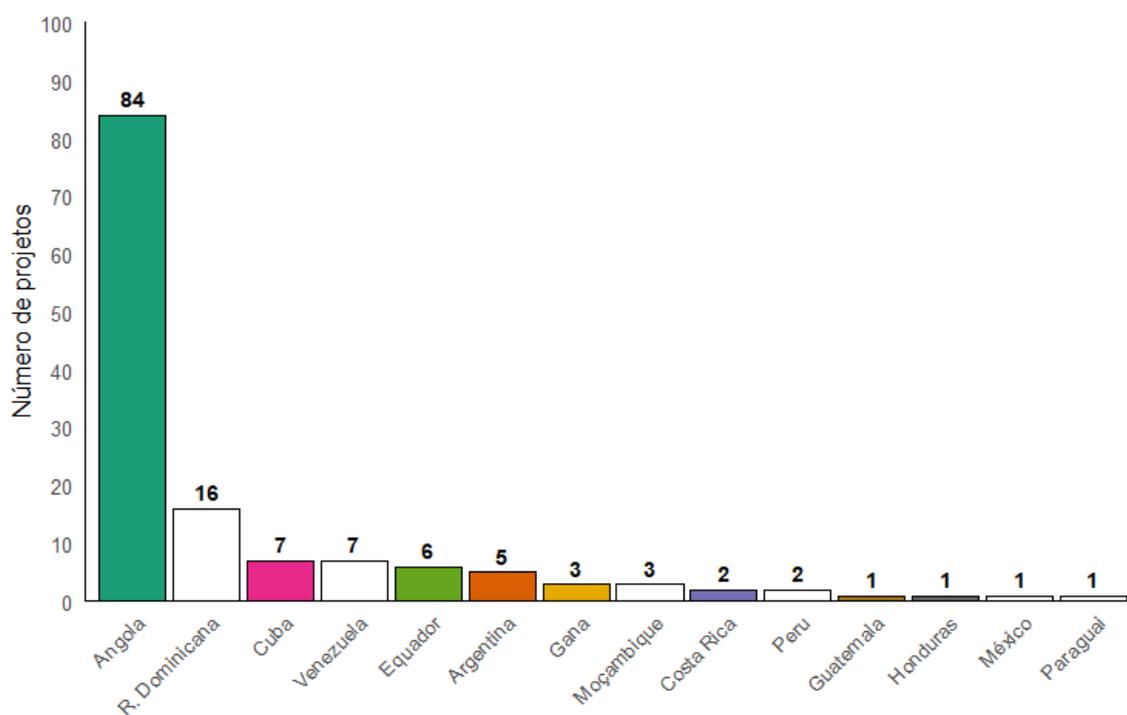
Figura 3: Projetos na África e América Latina.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES, 2022.

A figura 2 apresenta o número de contratos celebrados por continente e os países que receberam os investimentos. Por sua vez, o Gráfico 2 apresenta a proporção do número de projetos em cada país, que possibilita uma comparação numérica entre países africanos e latinos. Figura 3 considera a quantidade monetária distribuída entre América Latina e Caribe e África.

Figura 3- Projetos do BNDES por País

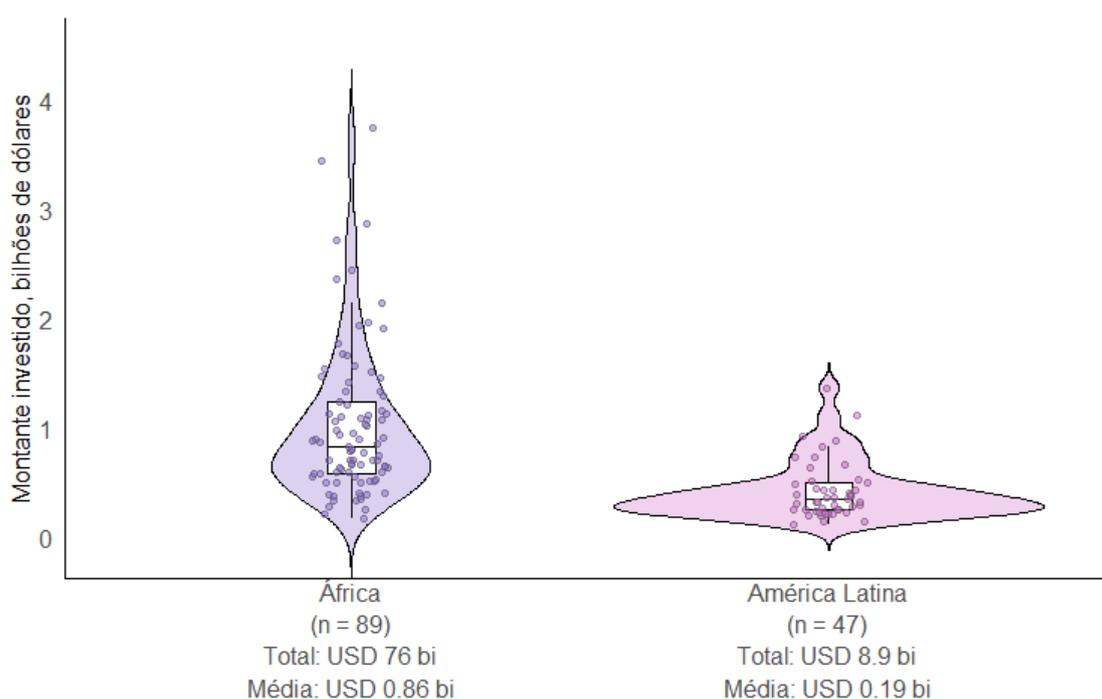


Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do BNDES.

Ao contrário do que se imagina, a maior parte dos projetos foram destinados à África e especialmente para Angola. Sugerimos duas hipóteses para este destaque do país africano. Primeiramente, é preciso reconhecer que Angola encontrava-se em franco crescimento econômico. No período entre 1993 e 2000 o valor médio anual do PIB de Angola estava em 6,75 milhões de dólares. Já entre 2002 e 2010 o valor médio anual passou para o patamar de 64 milhões de dólares. O fim da Guerra Civil Angolana ocasionou estabilidade social que, unida com a alta no preço do petróleo⁶ no mercado internacional, contribuíam para que o Estado angolano procurasse formas de financiamentos para o seu desenvolvimento.

Este momento coincide com as aberturas de mercado nos países emergentes e uma política externa voltada aos financiamentos de projetos tanto no Brasil como na China. Com menos burocracia (se comparado ao FMI), juros mais baixos e uma aproximação psíquica- cultural com os emergentes, Angola e outros países do sul global, abrem-se à nova inserção do Brasil.

Figura 4 - Projetos/Montantes e Média por Continente.

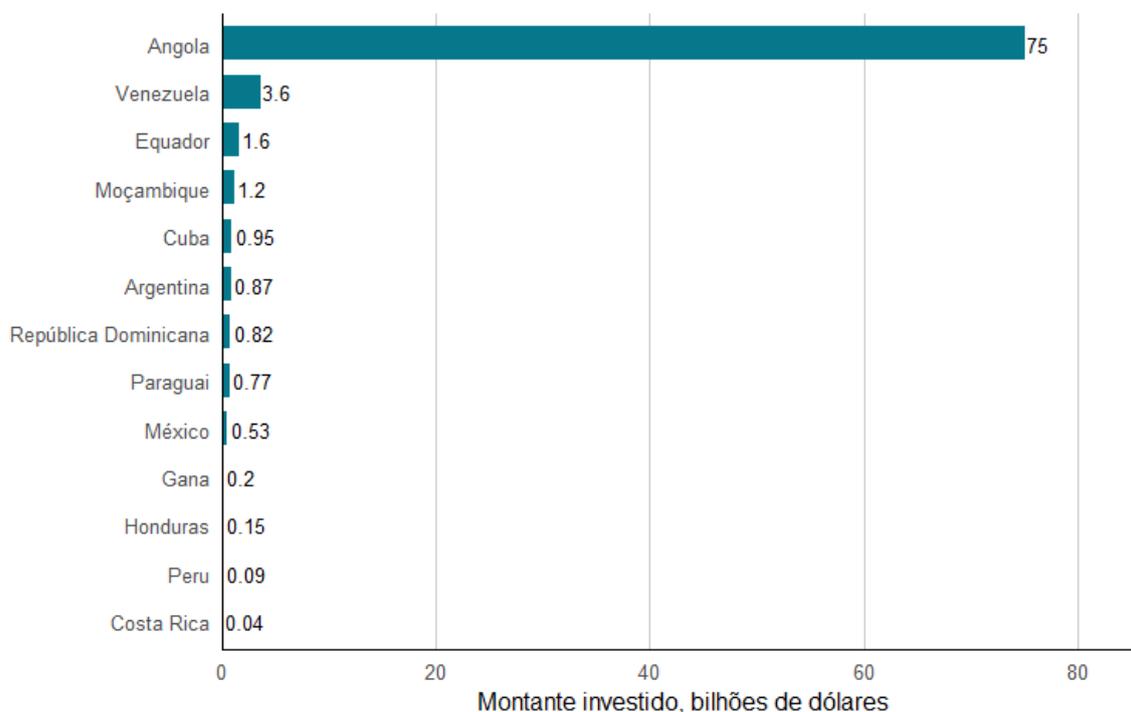


Fonte: BNDES, 2022.

Para os financiamentos, ressalta-se que se considerou os subcréditos de cada projeto - ou seja, cada projeto era um financiamento específico que poderia ter seus subcréditos -, entretanto, o crédito total do financiamento é a somatória dos subcréditos. Também, na verificação dos contratos, avaliou-se que as fases de cada projeto (exemplo: fase I,II,III...), eram considerados majoritariamente como um projeto em cada fase, com critérios, exportadores e importadores e valores que não necessariamente eram os mesmos. Assim

sendo, embora o subcrédito não seja um projeto, em muitos casos, como é o de Angola, a fase de cada projeto pode ter um contrato específico. A figura 5 demonstra a distribuição monetária por país.

Figura 5 - Valores por país em bilhões de USD.



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do BNDES.

Frisamos que a assinatura do contrato entre o BNDES e os intervenientes nacionais e estrangeiros não implica necessariamente a consumação dos financiamentos, como se pode ver em casos como do Moçambique, Cuba e Venezuela. Nestes países, casos de encerramento de financiamentos se deram tanto pela inadimplência dos importadores, como pela dinâmica da política doméstica brasileira após 2014. Em outros casos, ocorreu a mudança de governos nos países importadores, como Angola, Peru e Argentina, interrompendo financiamentos. Outra afirmação é de que o BNDES Exim pós-embarque, direcionado para países em que o Brasil tenha vantagens competitivas, não se configurou como um projeto de Estado brasileiro, mas como de governo, com isso, a não continuidade de governo é também a impossibilidade burocrática dos financiamentos.

Segundo o BNDES, por outro lado, a crise política no Brasil iniciada entre 2013-2014 em conjunto com várias operações de investigação que se sucederam nos anos posteriores, fizeram com que começassem as controvérsias envolvendo empresas brasileiras exportadoras de serviços de engenharia. O BNDES, em acordo com o Ministério Público Federal (MPF), passou a exigir das empresas a assinatura de um Termo de Compliance (Conformidade), com rígidas regras de governança, como condição para liberação de recursos. Após essa medida, o BNDES reteve US\$ 11 bilhões que estavam previstos para serem

desembolsados, referentes a 47 operações ativas. Também foram cancelados 25 projetos em andamento em 9 países.

Quadro 3 - Projetos Interrompidos em 2015

País	Número de Projeto	Montante em dólares bilhões
Angola	4	0,809
Argentina	2	0,470
Cuba	1	0,15
R. Dominicana	7	1,7
Ghana	1	0,202
Guatemala	1	0,28
Honduras	1	0,145
Moçambique	1	0,32
Venezuela	7	3,1 B
Total	25	7,03 B

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do BNDES.

Quanto à Angola e à Argentina, a mudança de governos fez com que os financiamentos fossem alinhados às políticas do FMI e a UE-Frankfurt Bank. Entretanto, vale ressaltar que durante a execução destes financiamentos, além da projeção geopolítica do Brasil, houve ganhos econômicos consideráveis. Para os bancos comerciais mandatários, o ganho mínimo é de 0,1% por cada intermediação de desembolso e para o BNDES os juros dependem da complexidade do contrato, risco do crédito e o tempo de pagamento, entretanto, a taxa mínima de juros é de 0,9% ao ano por desembolso tendo como prazo até 15 anos.

O programa, como política externa, além de dinamizar a indústria nacional para a exportação e, conseqüentemente, gerar aumento de empregos e renda, também ocasionou o aumento de trabalhadores brasileiros expatriados em projetos de grandes envergaduras internacionais e um acúmulo de Know-how entre executivos e operadores nacionais. A tabela abaixo demonstra os desembolsos, os saldos devedores, atrasos e parcelas indenizadas pelo Fundo de Garantia de Exportação.

Tabela-1: Financiamentos do BNDES 1998-2023 em milhões.

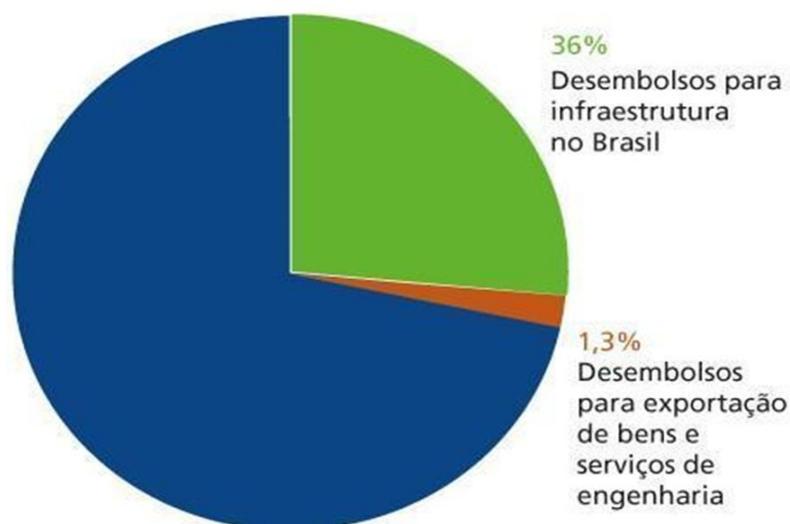
Países	Desembolso	Saldo devedor	Atraso/FGE	Indenizadas/FGE
Angola	3.273	0	0	0
Argentina	2.006	27	0	0
Costa Rica	43	0	0	0
Cuba	656	392	12	238
Equador	685	15	0	0
Gana	154	89	0	0
Guatemala	168	77	0	0
Honduras	59	30	0	0
México	90	0	0	0
Moçambique	188	42	0	122
Paraguai	77	0	0	0
Perú	348	0	0	0
Dominicana	1.215	97	0	0
Uruguai	31	0	0	0
Venezuela	1507	84	40	682
Total	10.499	852	52	1042

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do BNDES.

Entende-se aqui que a exportação de serviços e bens para o estrangeiro não implicou um descompromisso ou omissão às necessidades nacionais e regionais que o BNDES tem com o campo social e de fomento nacional. Aliás, o auge de financiamento externo do BNDES ocorreu exatamente no auge do boom das commodities no mercado internacional, o que dá a entender que a exportação de engenharia civil brasileira como parte da política externa ativa entre 1998-2014 representou o excedente dos recursos do BNDES. Segundo Feil e Slivnik (2020), “as operações de crédito do BNDES, no período entre

2003 e 2015, subiram 237%, em termos reais. Somente entre junho de 2008 e dezembro de 2015, o total das operações do Banco cresceu 200%, em termos reais”. Este aumento de operações foi resultado de uma política monetária diferenciada tanto voltada para o mercado interno como internacional. De 2003 a 2018 a prioridade de investimentos do BNDES foi dentro da arena nacional, sendo que no total de 100% dos valores disponíveis, 36% foram desembolsados para infraestrutura no Brasil e 1,3% para bens e serviços de engenharia no exterior, conforme ilustra este gráfico retirado no site do BNDES.

Figura 6- Comparativo entre desembolso para exportação e para infraestrutura no Brasil (2003-2018).



Fonte: BNDES, 2022.

OS FINANCIAMENTOS DO BNDES EM ANGOLA E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE LUANDA

A cooperação entre o Brasil e Angola dista ao tempo da exploração compulsiva colonial e imperial lusa. Se Angola se firmou como parte de exploração de força de trabalho para consolidação da economia mundo-capitalista com envios de mão de obra escravizada, o Brasil se consolidou como um poço aberto da transformação da natureza em produtos, ou seja, um fornecedor de matéria prima para Europa. Entretanto, as relações não se resumem ao período colonial.

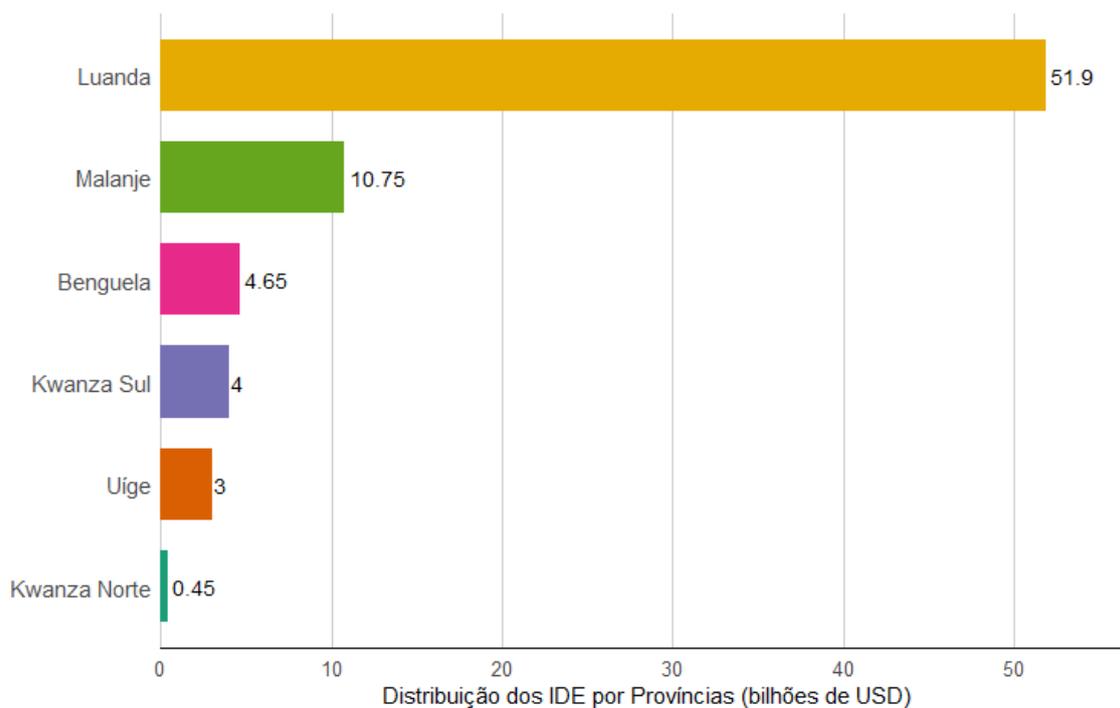
Na independência angolana, isto é, em 1975, o Brasil se torna pioneiro ao reconhecer o recém-Estado. Após o final da guerra civil em Angola (1975-2002), o BNDES financiou diversos projetos de requalificação das cidades, com destaques em projetos de infraestrutura de água, luz, transportes e conjuntos habitacionais, participando assim no reordenamento espacial de Angola.

No país, o BNDES financiou a comercialização de bens e serviços, majoritariamente via BNDES Exim Pós-embarque e com o modelo Supplier Credit. Os recursos foram destinados ao exportador brasileiro de bens e serviços com desembolso no Brasil após a comprovação das exportações brasileiras. O devedor é o importador, ou seja, a empresa ou país estrangeiro que compra o bem ou serviço. Em caso de inadimplência do devedor, a estrutura de garantias é acionada e o BNDES é ressarcido, por exemplo, pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Para Angola foram 3273 desembolsos, cujo saldo devedor atualmente é zero, sem nenhuma prestação em atraso (BNDES, 2023).

Quanto ao exportador brasileiro, os principais intervenientes foram as construtoras Norberto Odebrecht, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Correia Camargo e a EMSA. No lado angolano, o importador era sempre o Estado em representação do Banco Nacional de Angola (BNA), ministérios, ou institutos nacionais independentes.

Em Angola, os financiamentos voltaram-se majoritariamente para 6 províncias, tendo a capital de Angola, Luanda, recebido cerca de 75% destes valores, conforme o gráfico abaixo.

Figura 7- Distribuição dos IDE por Províncias/Bilhões de USD.



Fonte: BNDES, 2023.

O total de projetos por cada província pode ser visto na Tabela 2:

Tabela 2- Projetos por cada província.

Província	Quantidades de Projetos
Luanda	65
Malanje	7
Benguela	6
Uíge	3
Kwanza-Sul	2
Kwanza-Norte	1
Total	84

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do BNDES.

Depois da província de Luanda, com 65 projetos e cerca de 51,9 bilhões de dólares, a província de Malanje beneficiou-se de 10,75 bilhões de dólares com o total de 7 projetos, com destaque para a construção da barragem hidrelétrica de Capanda, com sede na vila do Cacuso, e da barragem de Laúca, com capacidade de abastecimento a 8 milhões de domicílios e empresas. Os investimentos destas duas barragens na província de Malanje fazem com que esta província apresente um investimento rural alto.

Figura 8 - Barragens de Capanda e Laúca em Malanje construídas pela Odebrecht via BNDES.

Fonte: BNDES, Empresa Nacional de Energia/Angola-PRODEL-EP



Para melhor entendermos a distribuição espacial dos IDE em Angola, a pesquisa procurou categorizá-los por zoneamento, que vão entre: urbano, periférico, rural, urbano/periférico e urbano/rural conforme o Quadro 4:

Quadro 4 - Classificação de Zoneamento

Tipo	Descrição
Urbano	Projetos destinados à cidade, centralidades habitacionais com pavimentados e dotados de ordenamentos planejamento
Periférico	Projetos destinados a zonas da cidade sem ordenamento habitacional planejado
Rural	Projetos destinados a zonas agrícolas ou à não cidade
Urbano/periférico	Projetos destinados ao urbano com implicações no periférico
Urbano/rural	Projetos destinados ao urbano com implicações no rural, ou construídos no rural com implicações no urbano

Fonte: Elaboração própria.

Estas categorias nos permitem avaliar a correlação entre o IDE e o ordenamento do espaço nas cidades, mas concretamente na província de Luanda que é a província que mais recebeu investimentos. A categoria rural eleva-se sobre certas especificidades, isto é, a maior parte dos investimentos nestes espaços não se resume apenas àquela espacialidade. É o caso das barragens, que mesmo que estejam no rural, têm como fim o abastecimento do urbano, porém, sem deixar de alterar a paisagem e a produção de vida no rural. As obras que começam no rural e com implicações diretas para o urbano, como por exemplo as barragens, denominamos de urbano/rural.

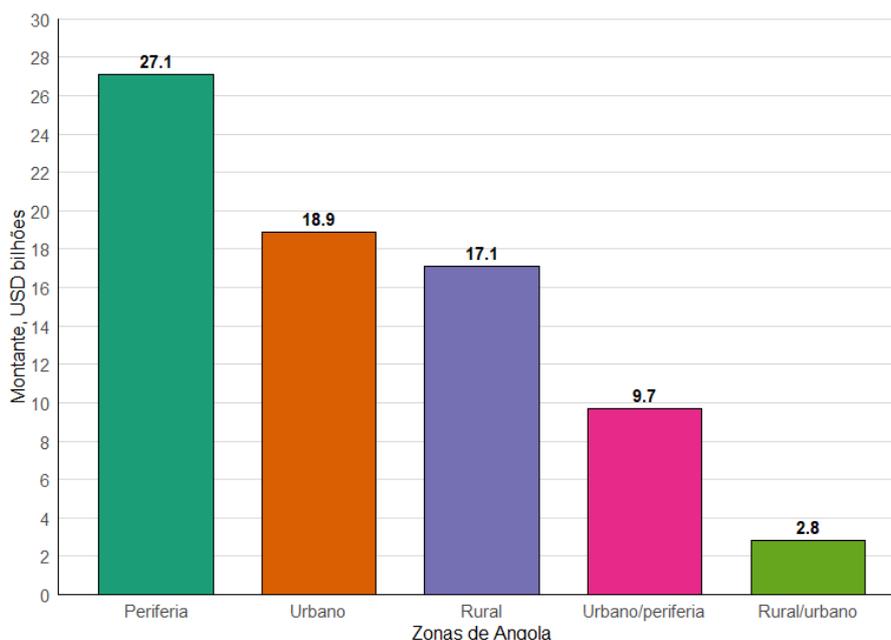
Nos casos vistos anteriormente (barragens do Laúca e Capanda), a energia produzida serve para abastecimento de várias localidades do país inteiro, com foco nas indústrias e regiões urbanizadas, não obstante as represas e lagos construídos ao longo das barragens abasteçam campos e comunidade rurais, bem como possibilitem o surgimento de estruturas

socialmente dignas (habitação, água, luz, postos de saúde e escolas) ao redor das sedes municipais no interior da província. Ou seja, pelo seu teor extensivo, a classificação em urbano/rural ou rural/urbano é dualista.

Afonso (2022) afirma que em organizações socioespaciais recentes, a periferia é também designada por periurbana, suburbano ou ainda rurano. Por esta razão, no artigo, nas categorias urbano/periférico, designamos os projetos que fazem ligação pelas duas espacialidades, seja a periferia como fim, ou, muitas vezes, como um meio de ligação entre dois espaços urbanos centrais, como é o caso de construções de autoestradas para mobilidades entre duas centralidades.

As categorias periferia e urbano são monofuncionais, indicam o espaço delimitado pela existência de uma urbanização ou não. Já o urbano/rural considerou toda obra que tem implicações no urbano e termina no rural, como é o exemplo de linhas férreas, estradas nacionais, autos-estradas, aquedutos e linhas transmissoras de energia elétrica. Abaixo encontra-se a figura 9 que decifra com mais detalhes os montantes por zoneamentos.

Figura 9- BNDES em Angola e a distribuição espacial dos financiamentos.



Fonte: Elaboração própria com os dados do BNDES, 2022.

Na tabela abaixo, (número 3), podemos notar a particularidade da província de Luanda, sendo a capital do país e a província com maior aglomeração populacional. Mesmo que tenha uma extensão de apenas 18.836 km², correspondendo em 0,0151% de Angola, aglomera 8.523.574 de habitantes, o que equivalente a cerca de 1/3 da população total do país (INE, 2019). Com altos níveis de urbanização, isto é, 97,5%, concentrando quase metade (41,9%) do total da população urbana do país (AFONSO, 2022), também concentrou 75% dos IDE brasileiros desde 2002-2010.

Tabela 3- Financiamento por zoneamento em cada província

Província	Zoneamento	Soma de montante/USD
		0,45
Benguela	Rural	0,45
	Rural/urbano	0,75
	Urbano Urbano/periferia	2
	Urbano/Rural	1
Benguela Total		4,65
Kwanza Norte	Rural/urbano	0,45
Kwanza Norte Total		0,45
Kwanza Sul	Urbano	3
	Urbano/periferia	1
Kwanza Sul Total		4
Luanda		27,1
	Periferia Rural	2,9
	Urbano Urbano/ rural	15,2
	Urbano/periferia	0,75
		5,95
Luanda Total		
Malanje	Rural	10,75
Malanje Total		10,75
Uíge	Rural	3
Uíge Total		3
Total Geral		74,75

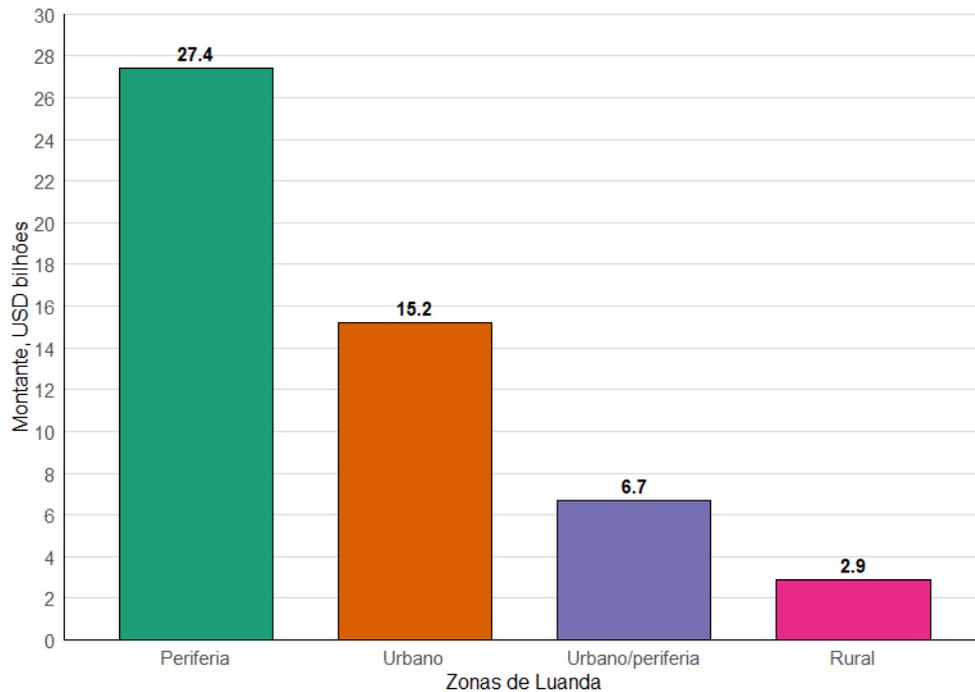
Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do BNDES.

Entretanto, na província de Luanda, a distribuição dos recursos pautou-se em sua maioria na requalificação da periferia, ao contrário das expectativas. Com 27,1 bilhões de dólares, a periferia de Luanda teve acesso a projetos como água e luz para todos, pavimentação, asfalto e tratamento de esgoto. Outro ponto a destacar nas periferias de Luanda é a mobilidade interna, construção ou melhoramento de estradas intraperiféricas, ou ligação mobilística entre a periferia e o urbano.

Ainda que seja considerada uma cidade urbana, nota-se que houve uma preocupação de capitalizar parte dos IDE nos circuitos inferiores da economia luandense. As zonas periféricas recebem mais da metade dos projetos, o que indica a preocupação do Estado com a

requalificação da cidade. Entretanto, a densidade demográfica cresce maior que os investimentos causando uma insuficiência de recursos nas periferias ou ainda a má distribuição destes.

Figura 10- Investimentos por Zona em Luanda.



Fonte: Elaboração Própria baseados nos dados do BNDES, 2022.

Outro ponto a ter em conta é que mesmo que Luanda seja majoritariamente urbana, recebe projetos de reordenamento rural estimados em 2,9 bilhões de dólares. Para um país em que a economia é baseada na informalidade, a pretensão de investimento no rural mostra a tendência planejada da diversificação e inclusão econômica dos ciclos inferiores para economia formal.

Ademais, destacamos que a presente pesquisa se encontra em andamento, onde procuramos averiguar a efetivação destes projetos e a resposta do território, como a sociedade civil se organizou e como vê a presença dos IDE em Angola. No segundo momento, a pesquisa pretende fazer o levantamento de quantos projetos foram executados, quantos terminaram, qual o montante total capitalizado em Angola, bem como avaliar como estes investimentos resultaram na diminuição das desigualdades.

(IN) CONCLUSÕES

O crescimento do Brasil nos últimos anos da década de 1990, ainda que modesto, possibilitou uma outra tentativa de inserção na economia internacional além da agroexportação, afirmando-se como financiadora de infraestrutura e exportação de bens e serviços,

sobretudo, na engenharia de construção civil. Contudo, a falta de um projeto nacional ou a interrupção deste demonstrou delimitações claras do tipo de financiamento e afirmação no mercado global, que ocasionou uma desaceleração considerável na última década (2013-2023). Assim sendo, o presente texto dissertou sobre a experiência brasileira na inserção internacional pelo programa de exportação de engenharia do BNDES Exim pós-embarque. Analisamos o contexto em que a política externa brasileira atua intensivamente na CSS com 15 países ao longo de 20 anos, fazendo uma delimitação aos investimentos em Angola, sendo este o principal destino desta cooperação.

Na última década, devido à vida política nacional e os impasses externos, houve retração ao fomento do tipo de inserção que o Brasil experimentou. Com isso, a Fundação Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (IPEA, 2018) sugere que o modo de inserção do Brasil nas cadeias globais de valor é caracterizado pela reduzida presença de exportações de bens e serviços com conteúdo tecnológico mais elevado, limitando o papel do comércio enquanto fator determinante da modernização das empresas brasileiras. Ou seja, o relatório do IPEA (2018) sugere avanços no tipo de inserção com bens e serviços de maior valor agregados, o que incluiria aqui a exportação de engenharia.

Após termos analisado os estudos e os documentos contratuais, em uma breve [in]conclusão apontamos para duas medidas possíveis: para exportar especialmente para mercados mais avançados tecnologicamente, as empresas precisam se adaptar aos padrões técnicos e concorrenciais vigentes nesses mercados e isto só é possível com a forte presença Estatal como arquiteto da tal ambição. A princípio, os financiamentos e exportação da engenharia brasileira devem continuar visando uma relação sul-sul, onde o Brasil tenha maior vantagem competitiva e buscar o protagonismo internacional por via de uma burguesia nacional, que, ao longo do tempo, consiga competir globalmente. Em complemento, é preciso aprimorar a transparência pela criação e difusão massiva das regras de compliance do BNDES. No caso de Angola, a sugestão começa por uma reestruturação administrativa que provoque reflexões sobre a concentração e centralização das decisões. Segundo, um plano de ordenamento e planejamento territorial que permita a disfunção demográfica na região litorânea, quer seja através de incentivos fiscais nas indústrias fora das regiões de alta concentração, ou na criação de postos administrativos que permitam a manutenção da vida produtiva e social fora dos grandes centros.

REFERÊNCIAS

Almeida, R. P. O Brasil e os blocos regionais: soberania e interdependência. **São Paulo em Perspectiva**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 3-16, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392002000100002>.

Barboza, R.M; Furtado, M; Gabrielli, H. A atuação histórica do BNDES: o que os dados têm a nos dizer?. **Brazilian Journal Of Political Economy**, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 544-560, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172019-2910>.

Baracuchy, B. **Os Fundamentos da Geopolítica Clássica**: Mahan, Mackinder, Spykman. Ed. FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2021.

Bastos; P.Z. Liberal Esclarecido ou Aliado Fiel? Sobre a Natureza da Política Econômica Externa Brasileira no Governo Dutra (1946-1951). **Economia, Selecta, Brasília** (DF), v. 11, n.4, p.285-320, 2010.

Batista Jr., P.N. **O círculo de giz da 'globalização'**. **Novos Estudos – Cebrap**. São Paulo, Cebrap, n.49, nov. 1997, p.84-98.

Braga; P. R. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 46-65, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292002000200003>.

Camargo, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Versão [online]: <<http://books.scielo.org>>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. **BNDES Exmim como financiar as exportações: Como** as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar. Núcleo de Apoio ao Crédito do BNDES, Brasília, 2018.

Costa, F.T.B; Faria, M; Bernudez, L. A Cooperação Sul-Sul e as Redes Estruturantes do Conselho de Saúde da Unasul como instrumentos de desenvolvimento regional. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, pp.83-100, 2013.

Desafios da nação : **Artigos de apoio, volume I / organizadores:** João Alberto De Negri, Bruno César Araújo, Ricardo Bacelette. – Brasília: Ipea, 2018.

Desafios da nação : **artigos de apoio, volume II / organizadores:** João Alberto De Negri, Bruno César Araújo, Ricardo Bacelette. – Brasília: Ipea, 2018.

Feil, F; Slivnik, A. Caixa, BB e BNDES: notas sobre sua evolução patrimonial recente. **Economia e Sociedade**. 29 (1). 2020.

Fukuyama, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Freire, M. R. **As relações China-Rússia num quadro de contenção estratégica**. A expansão chinesa: um dilema considerável. Universidade de Coimbra, 2021 (pp. 051-066).

Harvey, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7. ed ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Pobreza multidimensional nos municípios de Angola**. Luanda: INE, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Projeção da população 2014-2050**. Luanda: INE, 2016.

Costa Leite, I.; Suyama, B.; Waisbich, L.T.; Pomeroy, M.; Constantine, J.; Navas-Aleman, L.; Shankland, A.; Younis, M. Brazil's Engagement in International Development Cooperation: The State of the Debate. **First published by the Institute of Development Studies**, 2014.

Leite, I. C. **Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos**. ed Observatório Político Sul-Americano. Observador On-line, v.7, n. 03 : 2012. 41p. Disponível em: <http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_03_2012.pdf> julho 2014. Acesso: 13/09/2023.

Lipietz, A.; Leborgne, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates**, n. 25, p. 12-29, 1988

Milani, R.S Carlos. **Solidariedade e interesses**: Motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. Curitiba. Appris, 2018.

Moura, G. As razões do alinhamento: A política externa brasileira no pós-guerra, 1946-1950. **Revista Brasileira de Política Internacional**, XXVIII:37-50, 1985.

Santos, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

Villanova, C. L. D. **Diplomacia pública e imagem do Brasil no século XXI**. Brasília: FUNAG, 2017.

Wallerstein, I. **O capitalismo histórico**. Trad. D. Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Wallerstein, I. **The politics of the world-economic**: the states, the movements and the civilization. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Wallerstein, I. **The modern World-System as a Capitalist World-Economy**. World- systems analysis: an introduction. Durham: Duke University Press, 2004. p. 23-41

¹ Em sentido restrito, a designação de "bloco regional" pode referir-se aos agrupamentos de caráter comercial com perspectiva integracionista (são exemplos de blocos regionais a União Europeia (UE), o Mercosul e o Nafta,

CEDEAO, SADC bem como dezenas de outras entidades menos conhecidas). Em sentido amplo, aplica-se a qualquer grupo de países vinculados pela contiguidade geográfica (blocos asiático, africano ou latino-americano) ou por acordos intergovernamentais, de tipo econômico ou político, ou seja, a integração regional “comercial” implica uma integração de segurança como é o caso da OSCE na UE, UNASUL na Mercosul ou ECOMOG na CEDEAO (Almeida, 2002).

² Para a China e a Rússia, também se registrou a ascensão militar e aeroespacial (Freire, 2021).

³ Critérios, relação de bens financiáveis e sobre o percentual necessário a cada exportação, encontram-se atualizados desde novembro de 2022 no link: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/7a107201-afe6-44aa-9773-689c430fc91a/Circular+AI+01-2022.pdf?MOD=AJPERES&CVID=o62e2bAk>

⁴ Para este artigo, o recorte é para o BNDES Exim pós-embarque de bens e serviços.

⁵ O Exportador é sempre uma empresa nacional brasileira que vai vender produtos ou serviços de origem brasileira. O Importador é sempre um país estrangeiro ou representante legal deste (ministério ou autarquias). O Banco Mandatário é sempre um Banco Nacional comercial. Os desembolsos feitos pelo BNDES nunca cobrem os custos com trabalhadores, produtos e serviços estrangeiros, mesmo que seja no país importa.

⁶ Angola tem uma economia petrolífera, segundo os dados da OEC na década de 2000-2010, a economia de Angola dependia 92% das exportações de petróleo. Apesar do esforço para diversificação da economia, hoje ainda depende 82% das mesmas exportações.